





## **CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

encontra entre as autorizadas aos Municípios pela CF/88 , é de competência privativa do Plenário da Câmara Municipal, e o Decreto Legislativo é o instrumento normativo correto, conforme o art. 36, inciso V, alínea 'h', do Regimento Interno.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

## **II. ANÁLISE**

### **1. Constitucionalidade e Legalidade**

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 863/2025, exarado pela Douta Procuradoria, por entender que a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

A matéria, que trata da concessão de honraria, é de competência privativa da Câmara Municipal, conforme estabelece o Art. 95, inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal (LOM). O Projeto de Decreto Legislativo é o instrumento normativo apropriado para veicular este tipo de matéria, nos termos do Art. 36, inciso V, alínea 'h', do Regimento Interno. Não se verifica, portanto, vício de iniciativa ou invasão de competência do Poder Executivo, sendo a proposição plenamente constitucional e legal.

### **2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)**





## **CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

A Comissão realizou a análise rigorosa do texto, verificando o cumprimento das diretrizes de técnica legislativa e redação estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração das leis.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025, por tratar de matéria de caráter singular (concessão de honraria), segue a estrutura formal básica, cumprindo os requisitos de articulação (Art. 10) e assegurando clareza, precisão e ordem lógica na redação (Art. 11). Não foram identificados vícios formais, erros de ortografia, gramática, ou quaisquer falhas de técnica legislativa que comprometam a proposição e que demandem Emenda de Redação.

### **III. VOTO DA COMISSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

**Pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025.**

### **IV. CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025.

Sala de Reuniões, 05 de dezembro de 2025.

**Professor Renato Ribeiro (PDT)**  
Presidente

**Raphaela Moraes (PP)**  
Vice-Presidente





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Dr. William Miranda (UB)**  
Secretário

